

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**O PRINCÍPIO DE
NÃO-DISCRIMINAÇÃO TRIBUTÁRIA
NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
DE BENS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da USP como requisito parcial à aprovação no DOUTORADO em DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO.

Aluno: Washington Juarez de Brito Filho

Orientador: Professor Associado Livre-docente Heleno Taveira Tôrres

**São Paulo
Abril
2011**

Brito Filho, Washington Juarez de

O princípio de não-discriminação tributária no comércio internacional de bens /
Washington Juarez de Brito Filho. – São Paulo : W. J. de Brito Filho, 2011.

621 p.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, 2011.

Orientador: Professor Associado Livre-docente Heleno Taveira Tôrres

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia.

1. Não-discriminação 2. Tributação indireta 3. Livre Circulação de mercadoria 4. Ajustes fiscais
de fronteira 5. Protecionismo I. Título.

CDU 351.713:332.453.

WASHINGTON JUAREZ DE BRITO FILHO

O PRINCÍPIO DE
NÃO-DISCRIMINAÇÃO TRIBUTÁRIA
NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
DE BENS

São Paulo, _____ de _____ de 2011.

Banca Examinadora:

Professor Associado Livre-docente Heleno Taveira Tôres
Orientador

Examinador

Examinador

Examinador

Examinador

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros e profundos agradecimentos ao Professor Heleno Taveira Tôres, mais do que meu orientador e professor, um exemplo de ética acadêmica e pessoal, que me permitiu retornar aos bancos da quase bicentenária Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e que viabilizou a elaboração deste trabalho, compreendendo, com humanidade, todas as dificuldades ultrapassadas por mim nesse período.

A Virgínia, Victor, Anita e Enrico, cujos amores são o combustível que me move.

SUMÁRIO

1. Da Introdução.....	12
2. Sobre a Dicotomia Livrecambismo X Protecionismo.....	27
3. Do Princípio de Não-Discriminação no Sistema Multilateral de Regulação do Comércio Internacional da OMC.....	65
3.1. Da Contextualização Histórico-Legal.....	65
3.2. Da Não-Discriminação entre produtos estrangeiros - O Tratamento Geral de Nação Mais Favorecida (Art. I).....	101
3.3. Da Não-Discriminação entre produto nacional e estrangeiro - O Tratamento Nacional (Art. III).....	107
3.3.1. Art. III:1 (considerações gerais).....	107
3.3.2. Art. III:2 (não-discriminação tributária).....	124
3.3.3. Art. III:2, 1ª frase (discriminação explícita).....	127
3.3.4. Art. III:2, 2ª frase (discriminação implícita).....	133
3.3.5. Art. III:4 (não-discriminação regulatória).....	139
3.4. Dos Julgados do Órgão de Solução de Controvérsias sobre o Artigo III.....	141
3.4.1. Dos Critérios de Julgamento.....	141
3.4.2. Testes objetivos – teste diagonal e teste de impacto assimétrico.....	143
3.4.3. Teste subjetivo – “ <i>aims-and-effects</i> ”	157
3.5. Das Críticas Doutrinárias à Jurisprudência.....	173
3.6. Das Exceções ao Princípio de Não-Discriminação.....	186
4. Do Princípio de Não-Discriminação no Sistema da União Europeia.....	195
4.1. Da Livre Circulação Comunitária de Mercadorias.....	195
4.2. Da Evolução Histórico-Legal.....	215
4.3. Da Não-Discriminação Tributária no comércio de bens - Art. 90º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.....	261
4.3.1. Art. 90º, 1ª frase (discriminação explícita).....	262
4.3.2. Art. 90º, 2ª frase (discriminação implícita).....	282
4.4. Das Exceções ao Princípio de Não-Discriminação Tributária.....	316
5. Dos Ajustes Fiscais de Fronteira.....	333
5.1. Do Conceito e das Modalidades.....	333
5.2. Do Breve Histórico.....	340

5.3. Do Tratamento no Sistema Multilateral de Regulação do Comércio Internacional.....	355
5.4. Do Tratamento no Sistema da União Europeia.....	373
5.5. Do Caso Brasileiro.....	377
6. Do Princípio de Não-Discriminação na experiência dos Estados Unidos da América..	396
6.1. Do Federalismo Constitucional norteamericano.....	396
6.1.1. Do Histórico.....	396
6.1.2. Da doutrina dos poderes enumerados e da sua superação.....	402
6.1.3. Da “ <i>The Supremacy Clause</i> ”.....	415
6.1.4. Do Poder de Tributar e de Despender.....	418
6.2. Da “ <i>The Commerce Clause</i> ”.....	441
6.3. Da “ <i>The Dormant Commerce Clause</i> ”.....	448
6.3.1. Da Evolução Conceitual.....	448
6.3.2. Da Discriminação Tributária.....	467
6.3.2.1. Da Discriminação Tributária Explícita.....	475
6.3.2.2. Da Discriminação Tributária Implícita.....	484
7. Do Princípio de Não-Discriminação Tributária na experiência do MERCOSUL e do Brasil.....	495
7.1. Do Princípio de Não-Discriminação Tributária na experiência do MERCOSUL.....	495
7.2. Do Princípio de Não-Discriminação Tributária na experiência brasileira.....	508
8. Para uma Densificação Semântica do Princípio de Não-Discriminação Tributária.....	520
8.1. Dos Conceitos Jurídicos Indeterminados e a Jurisprudência.....	520
8.2. Da Não-discriminação Tributária como Neutralidade Fiscal.....	532
8.2.1. Da (impossível) Neutralidade Fiscal Absoluta.....	532
8.2.2. Do (inexistente) Princípio Geral de Neutralidade Fiscal.....	547
8.2.3. Das (possíveis) Neutralidades Fiscais (Relativas e Parciais).....	555
9. Das Conclusões.....	563
10. Da Bibliografia.....	574

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

BISD – *Basic Instruments and Selected Documents*.

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

GATS - *General Agreement on Trade in Services* (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços).

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio).

ICM - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

ICMS - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

IVA – Imposto sobre o Valor Agregado.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

NAFTA - *North America Free-Trade Agreement*.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OECD - *Organisation of Economic Cooperation and Development*.

OIC – Organização Internacional do Comércio.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OSC – Órgão de Solução de Controvérsias.

PIS/PASEP – Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

RE – Recurso Extraordinário.

REsp – Recurso Especial.

SATAP – “... *so as to afford protection*...” – “... de modo a proteger...”.

SPS - *Agreement on Sanitary and Phytosanitary Measures* (Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias).

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

TBT - *Agreement on Technical Barriers to Trade* (Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio).

TCE – Tratado que institui a Comunidade Europeia.

TCEE – Tratado que institui a Comunidade Econômica Europeia.

TJCE – Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia.

TPR – Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

TUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

RESUMO

Hoje em dia, muito se fala sobre a globalização e o aprimoramento das relações comerciais no plano internacional, tanto do ponto de vista econômico quanto do político. No entanto, tais fenômenos carecem de estudos mais aprofundados quanto a alguns dos seus aspectos eminentemente jurídicos.

No que se refere à disciplina multilateral de regulação do comércio, o objetivo do sistema GATT/OMC é o de, mediante um contínuo processo de reforma e liberalização das políticas comerciais nacionais, proporcionar melhores condições de competitividade entre os países, especialmente por meio da proibição da edição de normas nacionais discriminatórias que afetem a livre circulação de mercadorias.

Todavia, tal proposta não tem alcançado a efetividade que deveria, não só em função da proposital limitação do seu escopo como também por conta da fluidez conceitual que, ainda hoje, ronda alguns de seus institutos basilares. O mesmo pode-se falar a respeito de outros sistemas, tanto regionais, como o da União Europeia, quanto nacionais, em países de forma de estado federalista, como os Estados Unidos.

O objetivo da tese é, portanto, após fornecer um levantamento sistemático dos instrumentos mais evoluídos atualmente à disposição dos juristas, apresentar uma proposta de solução para essa fluidez conceitual que, ao mesmo tempo em que faça uso de referencial teórico objetivamente construído, permita que se possa vislumbrar a perspectiva de que o mundo globalizado, no futuro, torne-se mais justo e igual.

Palavras-chave

Não-discriminação – Tributação indireta - Livre Circulação de Mercadorias – Ajustes Fiscais de Fronteira - Protecionismo.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

